

Concurso Público para provimento dos cargos efetivos da Câmara
Municipal de Caldas Novas – GO

ANALISTA LEGISLATIVO

CADERNO DE QUESTÕES

03/03/2024

DISCIPLINA	QUESTÕES
Língua Portuguesa	01 a 05
Matemática	06 a 10
Atualidades e História, Geografia e Conhecimentos Gerais de Goiás e de Caldas Novas	11 a 15
Noções de Informática	16 a 20
Conhecimentos Específicos do Cargo	21 a 60
Prova Discursiva	-

SOMENTE ABRA ESTE CADERNO QUANDO AUTORIZADO

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES

Atenção: Transcreva no espaço designado da sua FICHA DE IDENTIFICAÇÃO, com sua caligrafia usual, considerando as letras maiúsculas e minúsculas, a seguinte frase:

A última folha da árvore caiu, anunciando o inverno.

1. Quando for autorizado abrir o caderno de questões, verifique se ele está completo ou se apresenta imperfeições gráficas que possam gerar dúvidas. Se isso ocorrer, solicite outro exemplar ao(a) fiscal de sala.
2. Este caderno é composto por questões de múltipla escolha. Cada questão apresenta cinco alternativas de respostas, das quais apenas uma é a correta.
3. O cartão-resposta é personalizado e não será substituído em caso de erro no preenchimento. Ao recebê-lo, confira se seus dados estão impressos corretamente. Se houver erro de impressão, notifique o(a) fiscal de sala.
4. Preencha, integralmente, um alvéolo por questão, utilizando caneta de tinta AZUL ou PRETA, fabricada em material transparente. A questão deixada em branco, com rasura ou com marcação dupla terá pontuação ZERO.

CONCURSO PÚBLICO

Leia o Texto 1 para responder às questões 01 e 02.

Texto 1



Angeli. Disponível em: <Depósito de Tirinhas — Wood & Stock por Angeli... (tumblr.com)>. Acesso em: 22 fev. 2024.

QUESTÃO 01

Na tirinha, os dois personagens dialogam em torno da letra da canção “Metamorfose ambulante”, de Raul Seixas. No contexto da tira, essa ideia é entendida como

- (A) uma homenagem de fãs do cantor saudosos das aventuras de juventude.
- (B) uma reflexão sobre o conteúdo místico da canção que marcou uma geração.
- (C) uma constatação do poder de previsão do cantor sobre o futuro dos amigos.
- (D) uma crítica à música que incentivou pessoas a fugirem da realidade.
- (E) uma discussão acerca da manutenção dos valores juvenis na velhice.

QUESTÃO 02

Sobre o papel da tirinha como texto de opinião, é importante lembrar que se trata de um gênero textual que exige a predominância de

- (A) argumentos de autoridade, pois valida o argumento defendido pelo personagem ao citar Raul Seixas como visionário.
- (B) persuasão, posto que a letra leva o leitor a se comover e a aceitar a ideia de que metamorfose é um conceito universal.
- (C) referenciação, ao recorrer à música como marco temporal da MPB e da história dos dois amigos.
- (D) sequencialidade, ao estabelecer uma relação entre o passado e o presente na inevitável mudança física de seus corpos.
- (E) convencimento, ao apresentar elementos para dar veracidade aos fatos discutidos pelos personagens.

Leia o Texto 2 para responder às questões de 03 a 05.

Texto 2

POEMA

Mário Andrade

Neste rio tem uma iara...
De primeiro o velho que tinha visto a iara
Contava que ela era feiosa, muito!
Preta gorda manquitola ver peixe-boi.
Felizmente velho já morreu faz tempo.
Duma feita, madrugada de neblina
Um moço que sofria de paixão
Por causa duma índia que não queria ceder pra ele,
Se levantou e desapareceu na água do rio.
Então principiaram falando que a iara cantava, era moça,
Cabelos de limo verde do rio...
Ontem o piá brincab brincando
Subiu na igara do pai abicada no porto,
Botou a mãozinha na água funda
E vai, a piranha abocanhôu a mãozinha do piá.
Neste rio tem uma iara...

ANDRADE, Mário. *Clã do Jabuti*. Projeto Livre Livro. Poeteiro: São Paulo, 2016, p. 27.

QUESTÃO 03

O poema de Mário de Andrade estabelece uma relação intertextual, pois

- (A) retoma a forma prosa poética, evidenciando uma narratividade inerente ao gênero.
- (B) propõe um jogo de linguagem, envolvendo a construção do poema com base em moldes europeus.
- (C) expõe uma organização discursiva voltada para o encantamento da oralidade.
- (D) discorre sobre fatos verídicos repassados de geração em geração, mantendo a memória viva.
- (E) recorre ao elemento folclórico para retratar a simbologia da cultura indígena na formação brasileira.

QUESTÃO 04

No verso “o piá brincab brincando”, há um processo de formação de palavras caracterizado por

- (A) uma alteração da classe gramatical da palavra, quebrando a expectativa do leitor.
- (B) uma justaposição de formas, de modo a criar um efeito de continuidade da ação.
- (C) um realce no som produzido pela palavra, dando-lhe relevos sonoros e poéticos.
- (D) uma modificação no arranjo morfosintático, enfatizando a oralidade infantil.
- (E) um recurso visual-sonoro para manter a musicalidade dos versos do poema.

QUESTÃO 05

O poema se inicia e termina com o verso “neste rio tem uma iara...”. Esse verso revela

- (A) a ideia de que o poema não tem fim, pois se mantém no imaginário dos leitores.
- (B) a referência à figura mítica que também enfeitiça os leitores com seus atributos.
- (C) o refrão do poema, retomando a ideia folclórica sobre o local onde vive a sereia.
- (D) o fechamento do poema mediante um verso que reitera o poder sedutor da iara.
- (E) o processo textual de restauração do tema por meio da protagonista da lenda.

RASCUNHO**RASCUNHO**

QUESTÃO 06

Nota sobre casos de dengue no Distrito Federal (DF) em 2024, afirma que para cada grupo de 100 mil habitantes de janeiro até fevereiro de 2024, foram registrados 2.300 casos prováveis. Considerando que a população do DF nesse momento é de 2.820.000, qual seria o número de casos prováveis de dengue?

- (A) 6.486.
 (B) 12.260.
 (C) 64.860.
 (D) 122.600.
 (E) 648.600.

QUESTÃO 07

Considere um cubo de vértices ABCDEFGH, e o Plano 1 determinado pelos vértices A(1, 1, 1), F(0, 1, 0) e H(1, 0, 0), e o Plano 2 determinado pelos vértices D(1, 0, 1), B(0, 1, 1) e E(1, 1, 0). Qual sistema representa a reta r interseção desses dois planos?

- (A) $1(x - 1) + 1(y - 1) - 1(z - 1) = 0$ e $1(x - 1) + 1(y - 0) + 1(z - 1) = 0$
 (B) $0(x - 1) - 1(y - 1) + 1(z - 1) = 0$ e $2(x - 1) - 1(y - 0) + 2(z - 1) = 0$
 (C) $0(x - 1) + 1(y - 1) + 1(z - 1) = 0$ e $-2(x - 1) + 1(y - 0) + 2(z - 1) = 0$
 (D) $1(x - 1) + 1(y - 1) + 2(z - 1) = 0$ e $-2(x - 1) + 1(y - 0) - 2(z - 1) = 0$
 (E) $-1(x - 1) + 1(y - 1) - 2(z - 1) = 0$ e $2(x - 1) - 1(y - 0) - 2(z - 1) = 0$

QUESTÃO 08

Um cartão retangular de dimensões $\frac{(\sqrt{5}+1)}{2} \times 1$ satisfaz à razão dourada (semi-perímetro)/maior lado = maior lado/menor lado. Este cartão deve ser cortado mantendo uma de suas dimensões, de modo a obter outro cartão, também de dimensões áureas. Qual é a relação entre as medidas $c \times d$ para o menor cartão?

- (A) $c = \frac{(\sqrt{5}-2)}{2}$ e $d = 1$
 (B) $c = \frac{(\sqrt{5}-1)}{2}$ e $d = 1$
 (C) $c = \frac{(\sqrt{5}-1)}{2}$ e $d = \frac{(\sqrt{5}-2)}{2}$
 (D) $c = \frac{(\sqrt{5}+1)}{2}$ e $d = \frac{(\sqrt{5}-1)}{2}$
 (E) $c = \frac{(\sqrt{5}+1)}{2}$ e $d = \frac{(\sqrt{5}-2)}{2}$

QUESTÃO 09

A multiplicação de dois números complexos na forma polar $z_1 \times z_2 = r[\cos(a) + i \operatorname{sen}(a)] \times R[\cos(b) + i \operatorname{sen}(b)]$ fica na forma

- (A) $rR[\cos(b)\operatorname{sen}(a) + i \operatorname{sen}(a)\cos(b)]$
 (B) $rR[\cos(a)\operatorname{sen}(b) + i \operatorname{sen}(b)\cos(a)]$
 (C) $rR[\cos(a + b) + i \operatorname{sen}(a - b)]$
 (D) $rR[\cos(a + b) + i \operatorname{sen}(a + b)]$
 (E) $rR[\cos(a - b) + i \operatorname{sen}(a + b)]$

QUESTÃO 10

Em uma gincana escolar o vencedor foi o que teve a maior média das notas das provas de Português e Matemática. Os dois estudantes vencedores tiveram as seguintes notas:

- Estudante 1 (1º lugar) com 7.0 em Português, 5.0 em Matemática;
- Estudante 2 (2º lugar) com 4.0 em Português, 6.0 em Matemática.

Se fossem considerados os pesos p_1 e p_2 para Português e Matemática, respectivamente, para obter a média ponderada entre 0 e 10.0, qual relação entre p_1 e p_2 daria o 1º lugar para o Estudante 2?

- (A) $4p_1 + 6p_2 > 0$
 (B) $7p_1 + 5p_2 > 0$
 (C) $3p_2 - p_1 > 0$
 (D) $3p_1 - p_2 > 0$
 (E) $p_2 - 3p_1 > 0$

RASCUNHO

QUESTÃO 11

Atualmente há duas doenças que estão preocupando os goianos: a dengue e a COVID-19. São medidas que impedem o agravamento de ambas as doenças:

- (A) combater a automedicação e vacinar a população.
- (B) evitar locais onde há água parada e acumular entulhos.
- (C) fortalecer a musculatura e adotar o isolamento social.
- (D) remover lixo doméstico e fazer hidratação da pele.
- (E) fazer uso de máscaras e desinfecção com álcool gel.

QUESTÃO 12

Leia o texto a seguir.

Na segunda metade do século XIX, Antônio José Caiado determinou a volta do filho Torquato da capital paulista para Goiás. Conhecendo as dificuldades da longa e sofrida viagem até sua cidade natal, o jovem enamorado teria proposto ao futuro sogro que permitisse a Claudina Fagundes de Azevedo acompanhá-lo, prometendo manter-se distante da esposa, à espera de que ela se tornasse núbil. Seguiriam ambos para Goiás, sob a guarda de uma dama de companhia, a quem caberia fiscalizar o cumprimento do acordo, selado com a palavra de honra do rapaz. Essa novelesca versão reza, ainda, que, obtida a permissão paterna, Claudina e Torquato viajaram, de fato, sob a vigilância de uma chaperone - e que o compromisso foi respeitado.

BRANCO, Lena Castello. Perfis femininos em Vila Boa de Goiás. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás*, n. 30, 2019, p. 104. [Adaptado].

Esse relato da autora evidencia qual comportamento da sociedade goiana?

- (A) O feminismo radical das mulheres.
- (B) A castração da vida nupcial.
- (C) A imoralidade entre as relações.
- (D) O tradicionalismo nas relações afetivas.
- (E) A autonomia amorosa dos casais.

QUESTÃO 13

Leia o texto a seguir.

Em 1905, Leopoldo de Bulhões buscava, junto ao chefe do poder Executivo, a decretação de uma intervenção federal em Goiás para depor o governador Xavier de Almeida, seu antigo aliado e agora dissidente. Diante da relutância do presidente da República em acolher a drástica medida, seu Ministro da Fazenda acabou contrariado. Como lenitivo ao aborrecimento, Rodrigues Alves resolveu convidar Bulhões para a vaga aberta no STF decorrente da aposentadoria do ministro Macedo Soares. Tudo leva a crer que neste momento, usando de sua grande perspicácia política, o prócer goiano declinou do convite, mas conseguiu indicar seu cunhado Guimarães Natal ao posto.

MENDONÇA, Jales Guedes Coelho; BELO, Eliseu Antônio da Silva. Goiás poderá ter um ministro no Supremo Tribunal Federal após 115 anos. *Jornal Opção*. 29 novembro 2020. Disponível em <<https://www.jornalopcao.com.br/colunas-e-blogs/imprensa/goias-podera-ter-um-ministro-no-supremo-tribunal-federal-apos-115-anos-299088/>>. Acesso em: 24 fev. 2024.

As informações do texto evidenciam que a participação de Leopoldo de Bulhões na política nacional foi

- (A) totalmente irrelevante.
- (B) meramente figurativa.
- (C) parcialmente impactante.
- (D) amplamente diretiva.
- (E) completamente respeitada.

QUESTÃO 14

Leia o texto a seguir.

Bartolomeu Bueno da Silva, o filho, quando de sua audaciosa entrada pelos sertões dos "Guaiazes", descobriu, na fralda da serra, que depois recebeu o nome de "Caldas", um ribeirão. Este chamou-lhe logo a atenção por serem quentes as suas águas. Interessado por ele, seguiu-o até as suas nascentes, verificando que brotava na base da serra. Após haver encontrado ouro, prosseguiu Bueno a sua viagem, ficando as águas termais um tanto esquecidas. Mesmo assim eram procuradas por enfermos.

ORIENTE, T. *As fabulosas águas quentes de Caldas Novas*. 6. ed. Goiânia: Oriente, 1982, p. 26.

O relato apresentado no texto produz qual efeito na interpretação sobre a origem de Caldas Novas?

- (A) Reproduz certa concepção mitológica de Bartolomeu.
- (B) Associa o desenvolvimento da cidade com as águas termais.
- (C) Consolida Bartolomeu como povoador do município.
- (D) Apresenta os habitantes da cidade como doentes.
- (E) Justifica a impopularidade do local pela falta do ouro.

QUESTÃO 15

Leia o texto a seguir.

Em 1836, a nossa Faculdade de Medicina, tendo conhecimento desse fato, chamou a atenção do governo para ele. O Governo Imperial, no referido ano, nomeou o Dr. Vicente Moretti Fógia para fazer a análise das águas de Caldas Novas, o que o nomeado não pôde realizar completamente, visto como não dispunha de laboratório aperfeiçoado, limitando-se a fazer observações sobre os doentes que lá estavam em tratamento.

PINTO, Olegário. Discurso de 1912 na Câmara dos Deputados Federais. In: ORIENTE, T. *As fabulosas águas quentes de Caldas Novas*. 6. ed. Goiânia: Oriente, 1982.

De acordo com o texto, o que chamou a atenção do Governo Imperial em Caldas Novas?

- (A) O alto índice de poluição dos rios.
- (B) O grande aumento do número de sífilis.
- (C) O potencial terapêutico das águas termais.
- (D) O impacto do uso de mercúrio na exploração do ouro.
- (E) O efeito nocivo da ingestão das águas do local.

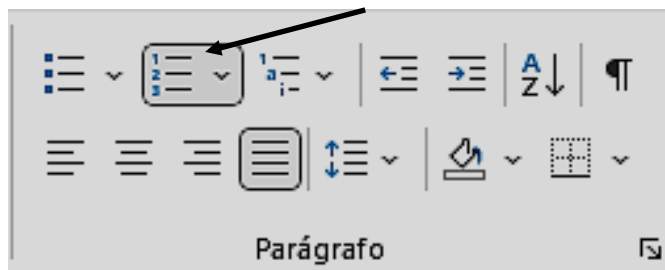
QUESTÃO 16

Softwares são desenvolvidos para realizar tarefas específicas e permitem que o usuário interaja com eles. Aplicativos nativos do sistema operacional Windows que permitem esse tipo de interação são:

- (A) Bloco de notas e Paint.
- (B) Skype e Paint.
- (C) Microsoft Word e Bloco de Notas.
- (D) WordPad e Corel Draw.
- (E) WordPad e Chrome.

QUESTÃO 17

Observe a imagem a seguir.

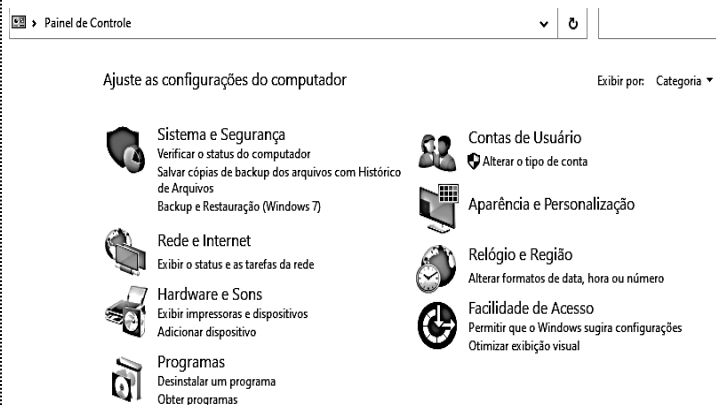


A imagem acima apresenta parte da barra de ferramentas que permite a formatação de documentos no aplicativo Microsoft Word (versão português). Nela, a opção indicada pela seta representa:

- (A) centralizar texto.
- (B) alinhar à esquerda.
- (C) lista numerada.
- (D) espaçamento entre linhas.
- (E) marcadores.

QUESTÃO 18

Observe a imagem a seguir.



Na imagem, é apresentado o Painel de Controle do Windows 10 Home Single. Caso você seja transferido para outra cidade em que exista um fuso horário diferente e seja necessário modificar a representação numérica do sistema operacional e a hora, esse procedimento deverá ser realizado em:

- (A) sistema e segurança.
- (B) relógio e região.
- (C) aparência e personalização.
- (D) rede e internet.
- (E) programas.

QUESTÃO 19

Na figura a seguir, é apresentada uma tabela que pode ser criada, modificada e alterada no software de planilhas eletrônicas Microsoft Excel (em português). Caso deseje obter o maior número da coluna B, qual função deve ser utilizada?

	A	B	C
1	2	3	4
2	5	6	7
3	2	3	5

- (A) =Maior(B)
- (B) =UP(B)
- (C) *Maior(B)
- (D) =Maior(B1:B3;1)
- (E) =Maior(B1;1)

QUESTÃO 20

Situações nas quais é necessário formatar um computador demandam algumas práticas de segurança, dentre elas, procedimentos de backup de arquivos existentes. Esse tipo de procedimento garante que não sejam perdidas informações importantes para o usuário. Para que a formatação seja realizada com sucesso e sem risco de perda de informações, é recomendado

- (A) fazer backup numa unidade de disco portátil externo.
- (B) fazer uma cópia de segurança e mantê-la na unidade que será formatada.
- (C) fazer uma cópia de segurança e armazená-la na pasta documentos do disco principal que será formatado.
- (D) fazer um backup numa unidade virtual dentro da unidade que será formatada.
- (E) fazer um backup no desktop (área de trabalho) do computador.

QUESTÃO 21

O ato administrativo pode ser extinto por diversas razões, dentre elas, por deixar de preencher as condições necessárias para a sua expedição ou manutenção, sendo essa espécie de extinção denominada

- (A) anulação.
- (B) cassação.
- (C) convalidação.
- (D) decadência.
- (E) revogação.

QUESTÃO 22

Os atos administrativos são compostos por cinco elementos, a saber, a competência, a finalidade, a forma, o motivo e o objeto. Por sua vez, o mérito do ato administrativo é composto por dois destes, sendo eles

- (A) o objeto e o motivo.
- (B) o motivo e a forma.
- (C) a finalidade e o motivo.
- (D) a forma e o objeto.
- (E) a competência e a forma.

QUESTÃO 23

Leia o texto a seguir.

Ato administrativo unilateral, discricionário e precário pelo qual a Administração faculta ao particular o uso de bem público, ou a prestação de serviço público, ou o desempenho de atividade material, ou a prática de ato que, sem esse consentimento, seria legalmente proibido.

O texto se refere ao conceito de

- (A) admissão.
- (B) concessão.
- (C) autorização.
- (D) licença.
- (E) permissão.

QUESTÃO 24

Leia o texto a seguir.

O ato administrativo, desde que a lei autorize o administrador a praticá-lo de forma imediata, não dependerá de autorização de qualquer outro poder.

O texto se refere a qual atributo inerente aos atos administrativos?

- (A) Presunção de legitimidade.
- (B) Presunção de veracidade.
- (C) Presunção de legalidade.
- (D) Autoexecutoriedade.
- (E) Imperatividade.

QUESTÃO 25

No tocante à estabilidade dos agentes públicos, a Constituição Federal prevê que o servidor público estável poderá ser demitido. Se tal ato é invalidado por sentença judicial, a demissão do servidor estável acarretará

- (A) no aproveitamento do servidor estável.
- (B) na reintegração do servidor estável.
- (C) na readaptação do servidor estável.
- (D) na recondução do servidor estável.
- (E) na reversão do servidor estável.

QUESTÃO 26

De acordo com o art. 37 da Constituição Federal, as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável

- (A) nos casos de dolo.
- (B) nos casos de culpa.
- (C) nos casos de dolo e culpa.
- (D) nos casos de dolo ou culpa.
- (E) nos casos em que não haja dolo, tampouco culpa.

QUESTÃO 27

A remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), aplicando-se como limite, nos Municípios,

- (A) o subsídio do Prefeito.
- (B) o subsídio dos Vereadores.
- (C) o subsídio dos Juízes de primeira instância.
- (D) o subsídio dos membros do Ministério Público.
- (E) o subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

QUESTÃO 28

A Constituição Federal prevê que o servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, investido no mandato de Vereador,

- (A) não havendo compatibilidade de horários, será afastado de seu cargo, emprego ou função, percebendo apenas as vantagens de seu cargo, emprego ou função.
- (B) não havendo compatibilidade de horários, será afastado de seu cargo, emprego ou função, percebendo apenas a remuneração do cargo eletivo.
- (C) havendo compatibilidade de horários, será afastado de seu cargo, emprego ou função, percebendo apenas a remuneração do cargo eletivo.
- (D) havendo compatibilidade de horários, será afastado de seu cargo, emprego ou função, percebendo apenas as vantagens de seu cargo, emprego ou função.
- (E) havendo compatibilidade de horários, poderá perceber as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.

QUESTÃO 29

Qual dos Poderes da Administração Pública pode ser conceituado como “prerrogativa de direito público que, calcada na lei, autoriza a Administração Pública a restringir o uso e o gozo da liberdade e da propriedade em favor do interesse da coletividade”?

- (A) Poder Hierárquico.
- (B) Poder Disciplinar.
- (C) Poder Regulamentar.
- (D) Poder de Polícia.
- (E) Poder Normativo.

QUESTÃO 30

Leia o texto a seguir.

“[...] restringe os comportamentos possíveis de seus subordinados e especifica, para os agentes da Administração, a maneira de proceder”.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de direito administrativo*. 32. ed. São Paulo: Malheiros, 2015.

A afirmação do ato do Chefe do Poder Executivo se refere ao exercício de qual poder?

- (A) Poder Hierárquico.
- (B) Poder Disciplinar.
- (C) Poder Regulamentar.
- (D) Poder de Polícia.
- (E) Poder Normativo.

RASCUNHO

QUESTÃO 31

Leia o texto a seguir.

“[...] os atos da Administração devem merecer a mais ampla divulgação possível entre os administrados, e isso porque constitui fundamento do princípio propiciar-lhes a possibilidade de controlar a legitimidade da conduta dos agentes administrativos. Só com a transparência dessa conduta é que poderão os indivíduos aquilatar a legalidade ou não dos atos e o grau de eficiência de que se revestem”.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de direito administrativo*. 30. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

O texto se refere a qual princípio da Administração Pública?

- (A) Princípio da motivação.
- (B) Princípio da moralidade.
- (C) Princípio da eficiência.
- (D) Princípio do contraditório.
- (E) Princípio da publicidade.

QUESTÃO 32

A Constituição Federal traz, no caput do art. 37, expressamente, cinco princípios basilares da administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Por sua vez, a Lei nº 9.784/1999 tornou expressos outros princípios inerentes à Administração Pública, repetindo expressamente apenas três dos princípios expressos no texto constitucional mencionado, sendo eles

- (A) a legalidade, a impessoalidade e a moralidade.
- (B) a legalidade, a moralidade e a publicidade.
- (C) a legalidade, a publicidade e a eficiência.
- (D) a legalidade, a moralidade e a eficiência.
- (E) a impessoalidade, a publicidade e a eficiência.

RASCUNHO**QUESTÃO 33**

Leia o texto a seguir.

“[...] houve inicialmente uma teoria adotada por muito tempo. Caminhou-se, depois, para uma nova teoria, vinculada à culpa, ainda hoje aceita em várias hipóteses, tendo-se evoluído, posteriormente, para a outra teoria, aplicável, no entanto, diante de requisitos variáveis de um sistema para outro, de acordo com normas impostas pelo direito positivo”.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito administrativo*. 31. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018. [Adaptado].

Sobre a responsabilidade civil do Estado, qual sequência representa a evolução de suas teorias?

- (A) Teoria da irresponsabilidade, teoria da responsabilidade subjetiva e teoria da responsabilidade objetiva.
- (B) Teoria da irresponsabilidade, teoria da responsabilidade objetiva e teoria da responsabilidade subjetiva.
- (C) Teoria da responsabilidade objetiva, teoria da irresponsabilidade e teoria da responsabilidade subjetiva.
- (D) Teoria da responsabilidade objetiva, teoria da responsabilidade subjetiva e teoria da irresponsabilidade.
- (E) Teoria da responsabilidade subjetiva, teoria da irresponsabilidade e teoria da responsabilidade objetiva.

QUESTÃO 34

São consideradas causas excludentes da responsabilidade civil do Estado:

- (A) a força maior, a culpa concorrente da vítima e a culpa de terceiros.
- (B) o caso fortuito, a força maior e a culpa exclusiva da vítima.
- (C) o caso fortuito, a força maior e a culpa concorrente da vítima.
- (D) o caso fortuito, a culpa exclusiva da vítima e a culpa de terceiros.
- (E) a força maior, a culpa exclusiva da vítima e a culpa de terceiros.

QUESTÃO 35

Leia o texto a seguir.

Delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.

Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8987compilada.htm>. Acesso em: 31 jan. 2024.

O texto trata-se de qual espécie de delegação do serviço público?

- (A) Alienação.
- (B) Autorização.
- (C) Concessão.
- (D) Locação.
- (E) Permissão.

QUESTÃO 36

Leia o texto a seguir.

Serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.

Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm>. Acesso em: 31 jan. 2024.

O conceito citado no texto se refere a qual espécie de entidade?

- (A) Órgão.
- (B) Autarquia.
- (C) Fundação Pública.
- (D) Empresa Pública.
- (E) Sociedade de Economia Mista.

RASCUNHO**QUESTÃO 37**

Leia o texto a seguir.

"[...] no início deste capítulo, deixou-se dito que o Estado tanto pode prestar por si mesmo as atividades administrativas, como pode desempenhá-las por via de outros sujeitos, com personalidade jurídica própria".

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de direito administrativo*. 32. ed. São Paulo: Malheiros, 2015. [Adaptado].

O texto se refere a qual instituto da Administração Pública?

- (A) Descentralização.
- (B) Desconcentração.
- (C) Desorganização.
- (D) Centralização.
- (E) Concentração.

QUESTÃO 38

Leia o texto a seguir.

São todos aqueles instituídos por lei, com personalidade de Direito Privado, para ministrar assistência ou ensino a certas categorias sociais ou grupos profissionais, sem fins lucrativos, sendo mantidos por dotações orçamentárias ou por contribuições parafiscais. São entes paraestatais, de cooperação com o Poder Público, com administração e patrimônio próprios, revestindo a forma de instituições particulares convencionais (fundações, sociedades civis ou associações) ou peculiares ao desempenho de suas incumbências estatutárias.

Direito administrativo / Maria Sylvania Zanella Di Pietro. – 31. ed. rev. atual e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2018, Capítulo 11, item 11.4

O texto trata-se da definição de

- (A) entidades de apoio.
- (B) organizações sociais.
- (C) serviços sociais autônomos.
- (D) organizações da sociedade civil.
- (E) organizações da sociedade civil de interesse público.

QUESTÃO 39

Quanto ao controle externo da administração pública, a Constituição Federal prevê a possibilidade de se sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa, cabendo tal ato exclusivamente

- (A) ao Senado Federal.
- (B) à Câmara dos Deputados.
- (C) ao Congresso Nacional.
- (D) ao Superior Tribunal de Justiça.
- (E) ao Supremo Tribunal Federal.

QUESTÃO 40

De acordo com a Lei nº 8.429/1992 e suas alterações, a prescrição para a aplicação das sanções nela previstas, contada a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência, é de

- (A) dois anos.
- (B) três anos.
- (C) cinco anos.
- (D) oito anos.
- (E) dez anos.

QUESTÃO 41

A Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, determina que a intimação do interessado para ciência de decisão ou a efetivação de diligências, quanto à data de comparecimento, deverá ocorrer com quantos dias de antecedência, no mínimo?

- (A) Trinta dias, contados de modo contínuo.
- (B) Quinze dias, contados de modo contínuo.
- (C) Dez dias, considerados apenas os dias úteis.
- (D) Cinco dias, considerados apenas os dias úteis.
- (E) Três dias, considerados apenas os dias úteis.

QUESTÃO 42

O atual texto da Constituição Federal prevê ser assegurado, nos termos da lei, o direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais, o que foi incluído em 2022, pela Emenda Constitucional nº 115, no rol de

- (A) direitos sociais.
- (B) direitos políticos.
- (C) direitos da nacionalidade.
- (D) direitos individuais e coletivos.
- (E) direitos culturais.

QUESTÃO 43

O rol de direitos sociais, previsto no art. 6º da Constituição Federal, sofreu algumas alterações, tendo sido adicionado(s), expressamente, o(s) seguinte(s) direito(s):

- (A) o trabalho, a previdência social e o lazer.
- (B) a moradia, a alimentação e o transporte.
- (C) a proteção à maternidade e à infância.
- (D) a educação, a saúde e a segurança.
- (E) a assistência aos desamparados.

QUESTÃO 44

A Emenda Constitucional nº 111/2021 inovou o texto da Constituição Federal, incluindo a possibilidade de consultas populares sobre questões locais aprovadas pelas Câmaras Municipais realizadas concomitantemente às eleições municipais, desde que encaminhadas à Justiça Eleitoral

- (A) até trinta dias antes da data das eleições, observados os limites operacionais relativos ao número de quesitos.
- (B) até sessenta dias antes da data das eleições, observados os limites operacionais relativos ao número de quesitos.
- (C) até noventa dias antes da data das eleições, observados os limites operacionais relativos ao número de quesitos.
- (D) até cento e vinte dias antes da data das eleições, observados os limites operacionais relativos ao número de quesitos.
- (E) até cento e cinquenta dias antes da data das eleições, observados os limites operacionais relativos ao número de quesitos.

QUESTÃO 45

O art. 169 da Constituição Federal determina que a despesa com pessoal ativo e inativo e pensionistas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não pode exceder os limites estabelecidos em lei complementar. Para o cumprimento dos limites estabelecidos com base nesse artigo, durante o prazo fixado também na lei complementar, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adotarão as seguintes providências:

- (A) redução de pelo menos 25% das despesas com cargos em comissão e funções de confiança; exoneração dos servidores não estáveis.
- (B) redução de pelo menos 30% das despesas com cargos em comissão e funções de confiança; exoneração dos servidores estáveis.
- (C) redução de pelo menos 45% das despesas com cargos em comissão e funções de confiança; exoneração dos servidores não estáveis.
- (D) redução de pelo menos 50% das despesas com cargos em comissão e funções de confiança; exoneração dos servidores estáveis.
- (E) redução de pelo menos 75% das despesas com cargos em comissão e funções de confiança; exoneração dos servidores não estáveis.

QUESTÃO 46

De acordo com a previsão contida na Constituição Federal, qual instituto orçamentário deverá compreender as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecer as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientar a elaboração da lei orçamentária anual, dispor sobre as alterações na legislação tributária e estabelecer a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento?

- (A) A lei que institui o plano plurianual, de iniciativa do Poder Executivo.
- (B) A lei de diretrizes orçamentárias, de iniciativa do Poder Executivo.
- (C) A lei dos orçamentos anuais, de iniciativa do Poder Executivo.
- (D) A lei que institui o plano plurianual, de iniciativa do Poder Legislativo.
- (E) A lei de diretrizes orçamentárias, de iniciativa do Poder Legislativo.

QUESTÃO 47

De acordo com a Lei Complementar nº 95/1998, tem-se que as emendas à Constituição Federal terão sua numeração iniciada a partir da promulgação da Constituição, bem como que as leis complementares, as leis ordinárias e as leis delegadas terão numeração sequencial em continuidade às séries iniciadas em

- (A) 1891.
- (B) 1934.
- (C) 1937.
- (D) 1946.
- (E) 1967.

QUESTÃO 48

A Lei Complementar nº 95/1998 determina que a vigência da lei será indicada de forma expressa e de modo a contemplar prazo razoável para que dela se tenha amplo conhecimento, reservada a cláusula “entra em vigor na data de sua publicação” para as leis de pequena repercussão. Além disso, essa lei prevê que a contagem do prazo para entrada em vigor das leis que estabeleçam período de vacância far-se-á com

- (A) a exclusão da data da publicação e do último dia do prazo, entrando em vigor no dia subsequente à sua consumação integral.
- (B) a inclusão da data da publicação e a exclusão do último dia do prazo, entrando em vigor no dia subsequente à sua consumação integral.
- (C) a exclusão da data da publicação e a inclusão do último dia do prazo, entrando em vigor no dia subsequente à sua consumação integral.
- (D) a exclusão da data da publicação e a inclusão do último dia do prazo, entrando em vigor no dia da sua consumação integral.
- (E) a inclusão da data da publicação e do último dia do prazo, entrando em vigor no dia subsequente à sua consumação integral.

QUESTÃO 49

O Direito Urbanístico, o qual pode ser considerado como um sub-ramo do Direito Administrativo, voltado para o estudo da disciplina normativa dos instrumentos para implementação da política urbana, é de competência

- (A) privativa da União.
- (B) comum da União, dos Estados e do Distrito Federal.
- (C) concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal.
- (D) comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- (E) concorrente da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

QUESTÃO 50

A Lei que institui as Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal (Lei nº 4.320/1964) prevê que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo a proposta orçamentária, nos prazos estabelecidos nas Constituições e nas Leis Orgânicas dos Municípios, bem como que, caso não seja recebida, o Poder Legislativo deverá

- (A) considerar como proposta a Lei de Orçamento vigente.
- (B) conceder mais trinta dias para o encaminhamento da proposta orçamentária.
- (C) designar um parlamentar para apresentar a proposta de Lei de Orçamento própria.
- (D) constituir uma comissão específica para apresentar a proposta de Lei de Orçamento própria.
- (E) informar o Poder Judiciário para determinar ao Poder Executivo o imediato encaminhamento.

QUESTÃO 51

O ato de que resulte aumento da despesa com pessoal nos 180 dias anteriores ao final do mandato é classificado pela lei de responsabilidade fiscal (Lei Complementar nº 101/2000) expressamente como

- (A) inválido.
- (B) regular.
- (C) anulável.
- (D) inexistente.
- (E) nulo de pleno direito.

QUESTÃO 52

A Lei Complementar nº 101/2020 define que a receita corrente líquida pode sofrer deduções, dentre elas a dedução da contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira citada no § 9º do art. 201 da Constituição. Tal dedução pode ocorrer

- (A) na União e nos Estados apenas.
- (B) na União e nos Municípios apenas.
- (C) na União, nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios.
- (D) na União, nos Estados e no Distrito Federal apenas.
- (E) nos Estados e nos municípios apenas.

QUESTÃO 53

A proteção do meio ambiente e o combate à poluição, em qualquer de suas formas, compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, enquanto a competência para legislar sobre a proteção do meio ambiente e controle da poluição compete

- (A) concorrentemente à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.
- (B) concorrentemente à União, aos Estados e ao Distrito Federal.
- (C) privativamente aos Estados e ao Distrito Federal.
- (D) privativamente aos Municípios.
- (E) privativamente à União.

QUESTÃO 54

A Constituição Federal prevê expressamente que o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor bem como que a legislação sobre a responsabilidade por dano ao consumidor competirá

- (A) privativamente à União.
- (B) privativamente aos Municípios.
- (C) privativamente aos Estados e ao Distrito Federal.
- (D) concorrentemente à União, aos Estados e ao Distrito Federal.
- (E) concorrentemente à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

QUESTÃO 55

A Constituição Federal de 1988 determina, em seu art. 29, que o município reger-se-á por lei orgânica, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição Federal e na Constituição do respectivo Estado bem como que os projetos de lei de interesse específico do Município poderão ocorrer por iniciativa popular através de manifestação do eleitorado de no mínimo

- (A) 1%.
- (B) 3%.
- (C) 5%.
- (D) 7%.
- (E) 10%.

QUESTÃO 56

De acordo com a previsão contida no art. 24 da Constituição Federal, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre

- (A) proteção e tratamento de dados pessoais.
- (B) jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia.
- (C) águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão.
- (D) sistema estatístico, sistema cartográfico e de geologia nacionais.
- (E) proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.

QUESTÃO 57

O Decreto do Município de Caldas Novas nº 1.809/2023, que instituiu o Código de Ética e Conduta Profissional do Servidor e da Alta Administração, prevê a sua aplicação, facultativamente,

- (A) às empresas públicas e às autarquias.
- (B) às empresas públicas e às fundações.
- (C) às sociedades de economia e às autarquias.
- (D) às sociedades de economia e às fundações.
- (E) às empresas públicas e às sociedades de economia mista.

QUESTÃO 58

O Código de Ética e Conduta Profissional do Servidor e da Alta Administração traz, em seu art. 3º, a previsão de que a conduta diária do servidor público do Poder Executivo municipal quanto aos comportamentos dele esperados, aos que devem ser evitados e às qualidades desejadas bem como às indesejadas estão elencados em seu anexo único, cujo conteúdo expressa as expectativas dos cidadãos em relação aos servidores. Nesses anexos, são classificados como comportamentos mais esperados e comportamentos menos esperados pela população, respectivamente,

- (A) a competência e a corrupção.
- (B) a honestidade e a arrogância.
- (C) o compromisso e a desonestidade.
- (D) a responsabilidade e o assédio.
- (E) a transparência e a irresponsabilidade.

QUESTÃO 59

Quanto às emendas individuais impositivas apresentadas ao projeto de lei orçamentária anual, estas poderão alocar recursos a estados, ao Distrito Federal e a Municípios por meio de transferência especial ou transferência com finalidade definida. Quanto a essas formas de alocação de recursos, tem-se que,

- (A) na transferência especial, os recursos serão repassados diretamente ao ente federado beneficiado após a celebração de convênio ou de instrumento congêneres.
- (B) na transferência especial, os recursos serão aplicados em programações finalísticas das áreas de competência do Poder Executivo do ente federado beneficiado.
- (C) na transferência especial, os recursos pertencerão ao ente federado após trinta dias da efetiva transferência financeira.
- (D) na transferência com finalidade definida, os recursos serão vinculados à programação estabelecida pelo ente federado beneficiado.
- (E) na transferência com finalidade definida, os recursos serão aplicados nas áreas de competência do ente federado beneficiado.

QUESTÃO 60

A Constituição Federal prevê que são Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. A cada um desses Poderes de Estado, foram atribuídas determinadas funções, denominadas pela doutrina como funções típicas, sendo elas, respectivamente:

- (A) função administrativa, função jurisdicional e função normativa.
- (B) função jurisdicional, função normativa e função administrativa.
- (C) função normativa, função administrativa e função jurisdicional.
- (D) função administrativa, função normativa e função jurisdicional.
- (E) função normativa, função jurisdicional e função administrativa.

RASCUNHO**RASCUNHO**

PROVA DISCURSIVA

CARGO: Analista Legislativo

Questão 01

Leia o caso a seguir.

O Vereador J.S., no exercício de seu primeiro mandato, redigiu a proposta legislativa e a submeteu à análise do corpo técnico da Câmara Municipal de Caldas Novas, com o seguinte texto: “Art. 1º. A partir da data da publicação desta lei, não incidirá imposto de importação sobre os produtos estrangeiros ou serviços destinados ao turismo. Art. 2º. Após três semanas da publicação desta lei, todo estrangeiro que residir neste município há mais de dois anos terá direito ao reconhecimento da nacionalidade brasileira, devendo ser requerida junto à Prefeitura. Art. 3º. Revogam-se todas e quaisquer disposições em contrário”.

Na condição de Analista Legislativo, com fundamento nas regras sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis previstas na Lei Complementar nº 95/1998 bem como nas competências constitucionais exclusivas, concorrentes e privativas no ato de legislar, analise o texto da proposta e apresente as suas considerações.

FOLHA RASCUNHO

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30